

Senado promoveu 233 servidores

sábado, 22/2/92 □ 1º caderno □ 3

sem concurso público

Madalena Rodrigues

BRASÍLIA — Com apenas uma resolução votada em plenário e um ato da Comissão Diretora do Senado Federal assinado pelo presidente da casa, senador Mauro Benevides, 233 funcionários do Senado, a maioria deles exercendo a atividade de contínuo, foram alçados sem concurso público, da categoria de auxiliares à de técnicos legislativos. A medida, sacramentada em junho do ano passado, representou aumentos que corresponderiam hoje a uma elevação de Cr\$ 130 a Cr\$ 150 mil em seus contracheques. O deslocamento dos funcionários sem concurso, de uma categoria para outra, é considerado “direta e flagrantemente inconstitucional”, pe-

senador Paulo Bisol (PSB-RS). “Todo ato administrativo que transferir um funcionário de uma carreira para outra é inconstitucional”, garante Bisol, citando o Artigo 37 da Constituição, e os pareceres da Procuradoria Geral da República e do ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal. Bisol ficou surpreso ao verificar a decisão da Comissão Diretora do Senado. O Ato número 23, de 15 de junho do ano passado, traz a assinatura dos senadores Mauro Benevides, Alexandre Costa, Ben Veras, Dirceu Carneiro, Saldanha Derzi, Iran Saraiva e Meira Filho. Para beneficiar inicialmente pouco mais de uma dúzia de auxiliares do plenário, o ato acabou dando carona a uma longa lista de nomes, por um simples motivo: todos os contínuos pertenciam à categoria de auxiliares e passaram, automaticamente, à categoria “técnicos legislativos”, com salários que atualmente ultrapassam a casa de Cr\$ 1,2 milhão.

Status — “Eu pensei que a medida iria beneficiar apenas 14 funcionários do plenário, mas quando vi tinha uma lista de mais de 200”, justifica-se o senador Dirceu Carneiro, primeiro-secretário da casa. O secretário da mesa do Senado, Guido Carvalho, admite que se empenhou na mudança de categoria para 14 servidores do plenário, que

teriam sido injustiçados pelo enquadramento anterior, feito em 1989.

“Não sei o que fizeram, que entrou um mundo de gente”, afirmou o secretário da mesa. Guido considera os auxiliares de plenário pessoas de grande responsabilidade: “Eles levam recados, servem cafezinho para os senadores, colocam microfones na posição, conhecem as manias de cada senador, é muita responsabilidade”, tenta explicar. Ele conta que depois dessa medida, muitos contínuos não queriam mais servir cafezinho, alegando seu novo status e teve de ter uma conversa séria com seus subordinados para mantê-los nas atividades corriqueiras.

O diretor de Pessoal do Senado, Ney Madeira, diz que os salários de técnicos administrativos não ultrapassam a cifra de Cr\$ 1,2 milhão. Mas o ex-auxiliar e atual técnico legislativo G.O., que não quer ser identificado, conta que seu salário bruto é de Cr\$ 1,9 milhão. Sobre seu salário básico de Cr\$ 452,00 incide uma avalanche de adicionais: uma gratificação por serviços legislativos, outra por representação de gabinete, outra por tempo de serviço e um segundo adicional por tempo de serviço, que mais que quadruplica seus vencimentos. G.O. ainda se considera injustiçado, porque o “pessoal que entrou no trem da alegria de 1984, sem concurso, hoje ganha cerca de Cr\$ 3 milhões”, e muitos têm apenas curso primário, como ele.

O senador Mauro Benevides diz que está disposto a examinar o assunto novamente e se comprovar ilegalidade, pode pedir sua revisão. Benevides considera sua administração um exemplo de probidade, depois de extinguir 390 cargos no ano passado. Há poucos dias, no entanto, ele assinou a nomeação de 16 assessores legislativos, com salários na faixa de Cr\$ 3 milhões, para cargos em comissão que dispensam a realização de concurso. “Veja que eu poderia preencher 20 cargos, que são DAS 3, mas optei por preencher apenas 16 deles”, argumenta.

JORNAL DO BRASIL
22 FEV 1992